

Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2022

Iniciativa: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Ementa:

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências; e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para vedar o contingenciamento de recursos destinados à execução de programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovados por seu Conselho Gestor.

Assunto: Infraestrutura - Comunicações

Data de Leitura: 25/05/2022

Em tramitação

Decisão: -

Último local: 15/12/2023 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)

Destino: -

Último estado: 15/12/2023 - PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Matérias Relacionadas:

Requerimento nº 24 de 2023

Requerimento nº 51 de 2023

Despacho:

18/04/2023

Decisão da Presidência

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CAE) Comissão de Assuntos Econômicos

(SF-CCT) Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

22/06/2023

Criação de Comissão

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CCDD) Comissão de Comunicação e Direito Digital

Relatoria:

CAE - (Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator(es):

Senador Eduardo Gomes (encerrado em 13/06/2023 - Deliberação da matéria)

CCDD - (Comissão de Comunicação e Direito Digital)

Relator(es):

Senador Astronauta Marcos Pontes (encerrado em 06/12/2023 - Substituído por "ad hoc")

Senador Hamilton Mourão (Relator Ad hoc) (encerrado em 06/12/2023 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

15/12/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia.
Discussão, em turno único.

(Apresentados os Requerimentos nºs 24, de 2023, da Comissão de Comunicação e Direito Digital; e 51, de 2023, da Comissão de Assuntos Econômicos; que solicitam urgência para a matéria, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do RISF)

Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2022

TRAMITAÇÃO

15/12/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal**Situação:** PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO**Ação:** Encerrou-se em 14 de dezembro o prazo para apresentação de emendas á matéria.
Não foram apresentadas emendas.
A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.*Publicado no DSF Páginas 88 - DSF nº 220***06/12/2023** PLEN - Plenário do Senado Federal**Ação:** Prazo: Apresentação de Emendas a projeto que obteve parecer favorável da Comissão (Art. 235, II, "d", do RISF). De 08/12/2023 a 14/12/2023. Perante a Mesa.**06/12/2023** PLEN - Plenário do Senado Federal**Situação:** AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS PERANTE A MESA**Ação:** Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.*Publicado no DSF Páginas 793 - DSF nº 213***06/12/2023** CCDD - Comissão de Comunicação e Direito Digital**Situação:** APROVADO PARECER NA COMISSÃO**Ação:** Na 14ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE/CCDD.
Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (REQ. 24/2023-CCDD).
À SLSF.*Publicado no DSF Páginas 785-792 - DSF nº 213**Publicado no DSF Páginas 898-899 - DSF nº 213***04/12/2023** CCDD - Comissão de Comunicação e Direito Digital**Ação:** Matéria constante da Pauta da 14ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital, agendada para o dia 06/12/2023.**29/11/2023** CCDD - Comissão de Comunicação e Direito Digital**Situação:** PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO**Ação:** Em reunião realizada em 29/11/2023, a matéria foi retirada de pauta para reexame a pedido do relator.**27/11/2023** CCDD - Comissão de Comunicação e Direito Digital**Situação:** INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO**Ação:** Matéria constante da Pauta da 13ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital, agendada para o dia 29/11/2023.**22/11/2023** CCDD - Comissão de Comunicação e Direito Digital**Situação:** PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO**Ação:** Recebido do Senador Astronauta Marcos Pontes o relatório com voto pela aprovação do projeto e da da Emenda nº 1-CAE.

Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2022

TRAMITAÇÃO

01/08/2023 CCDD - Comissão de Comunicação e Direito Digital

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Astronauta Marcos Pontes, para emitir relatório.

28/06/2023 CCDD - Comissão de Comunicação e Direito Digital

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta data na Comissão.

22/06/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: A Presidência, nos termos do artigo 48, inciso X, do Regimento Interno, e em atenção ao Ofício nº 1, de 2023, do Presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital, determina o redespacho da presente matéria à competência daquela Comissão, conforme disposto na Resolução nº 14, de 2023.
À CCDD.

Publicado no DSF Páginas 14-21 - DSF nº 102

22/06/2023 CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Ação: À Secretaria-Geral da Mesa para redespacho da matéria, atendendo ao Ofício SGM/250/2023.

13/06/2023 CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando designação de relator.

13/06/2023 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Ação: Encerrada a relatoria do Senador Eduardo Gomes por deliberação da matéria.

13/06/2023 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Em reunião realizada nesta data, a comissão aprova o relatório do senador Eduardo Gomes, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE.
Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria.
Anexado o parecer da comissão e requerimento de urgência.
À CCT.

Publicado no DSF Páginas 317-324 - DSF nº 94

13/06/2023 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Ação: Apresentado requerimento (Urgência para matéria) na Comissão nesta data às 12:05.

Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2022

TRAMITAÇÃO

07/06/2023 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos**Ação:** O relator, senador Eduardo Gomes, apresentou relatório favorável ao projeto com uma emenda de sua autoria.**25/05/2023** CAE - Comissão de Assuntos Econômicos**Situação:** INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO**Ação:** Matéria constante da Pauta da 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, agendada para o dia 13/06/2023.**10/05/2023** CAE - Comissão de Assuntos Econômicos**Situação:** MATÉRIA COM A RELATORIA**Ação:** Distribuído ao Senador Eduardo Gomes, para emitir relatório.**19/04/2023** CAE - Comissão de Assuntos Econômicos**Situação:** AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR**Ação:** Matéria aguardando distribuição.**18/04/2023** PLEN - Plenário do Senado Federal**Situação:** MATÉRIA DESPACHADA**Ação:** A matéria vai ao exame da CAE, seguindo posteriormente à CCT.*Publicado no DSF Páginas 151 - DSF nº 57***21/12/2022** PLEN - Plenário do Senado Federal**Ação:** A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.**25/05/2022** PLEN - Plenário do Senado Federal**Ação:** Encaminhado à publicação, em 25/05/2022.*Publicado no DSF Páginas 169-173 - DSF nº 79*

DOCUMENTOS

PLP 77/2022

Data: 25/05/2022**Autor:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)**Local:** Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências; e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para vedar o contingenciamento de recursos destinados à execução de programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovados por seu Conselho Gestor.

Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2022

DOCUMENTOS

Avulso inicial da matéria

Data: 25/05/2022**Autor:** Senado Federal**Local:** Plenário do Senado Federal**Ação Legislativa:** Encaminhado à publicação, em 25/05/2022.**Descrição/Ementa:** -

Relatório Legislativo

Data: 07/06/2023**Autor:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO)**Local:** Comissão de Assuntos Econômicos**Ação Legislativa:** O relator, senador Eduardo Gomes, apresentou relatório favorável ao projeto com uma emenda de sua autoria.**Descrição/Ementa:** PLP 77 de 2022

Listagem ou relatório

Data: 13/06/2023**Autor:** Comissão de Assuntos Econômicos**Local:** Comissão de Assuntos Econômicos**Descrição/Ementa:** Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 17ª Reunião CAE

REQ 51/2023 - CAE

Data: 13/06/2023**Autor:** Comissão de Assuntos Econômicos**Local:** Comissão de Assuntos Econômicos**Ação Legislativa:** Em reunião realizada nesta data, a comissão aprova o relatório do senador Eduardo Gomes, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE.
Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria.
Anexado o parecer da comissão e requerimento de urgência.
À CCT.**Descrição/Ementa:** Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLP 77/2022.

P.S 34/2023 - CAE

Data: 13/06/2023**Autor:** Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Eduardo Gomes (PL/TO)**Local:** Comissão de Assuntos Econômicos**Ação Legislativa:** Em reunião realizada nesta data, a comissão aprova o relatório do senador Eduardo Gomes, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE.
Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria.
Anexado o parecer da comissão e requerimento de urgência.
À CCT.**Descrição/Ementa:** PLP 77 de 2022

Relatório Legislativo

Data: 22/11/2023**Autor:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2022

DOCUMENTOS

Local: Comissão de Comunicação e Direito Digital

Ação Legislativa: Recebido do Senador Astronauta Marcos Pontes o relatório com voto pela aprovação do projeto e da da Emenda nº 1-CAE.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2022, da senadora Daniella Ribeiro, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências; e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para vedar o contingenciamento de recursos destinados à execução de programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovados por seu Conselho Gestor.

Listagem ou relatório

Data: 06/12/2023

Autor: Comissão de Comunicação e Direito Digital

Local: Comissão de Comunicação e Direito Digital

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 14ª Reunião CCDD

REQ 24/2023 - CCDD

Data: 06/12/2023

Autor: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Local: Comissão de Comunicação e Direito Digital

Ação Legislativa: Na 14ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE/CCDD.
Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (REQ. 24/2023-CCDD).
À SLSF.

Descrição/Ementa: Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLP 77/2022.

P.S 73/2023 - CCDD

Data: 06/12/2023

Autor: Comissão de Comunicação e Direito Digital

Local: Comissão de Comunicação e Direito Digital

Ação Legislativa: Na 14ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE/CCDD.
Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (REQ. 24/2023-CCDD).
À SLSF.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2022, da senadora Daniella Ribeiro, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências; e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para vedar o contingenciamento de recursos destinados à execução de programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovados por seu Conselho Gestor.